

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS (I)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros (seguros e previdência) da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

	Dezembro									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Administrativo - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	4	2	1	2	2	3	1	2	1	10
Dois anos mais tarde	4	4	3	4	4	4	4	2	3	—
Três anos mais tarde	4	4	3	4	3	4	3	2	—	—
Quatro anos mais tarde	4	4	3	5	3	4	3	—	—	—
Cinco anos mais tarde	4	4	3	5	3	4	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	4	4	3	5	3	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	4	4	3	5	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	4	4	3	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	4	4	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Movimentações	4	4	3	5	3	4	3	2	3	10
										Total
										41

	Dezembro									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Administrativo - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	3	2	1	2	1	3	1	2	1	3
Dois anos mais tarde	4	4	3	3	4	4	3	2	3	—
Três anos mais tarde	4	4	3	4	3	4	3	2	—	—
Quatro anos mais tarde	4	4	3	5	3	4	3	—	—	—
Cinco anos mais tarde	4	4	3	5	3	4	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	4	4	3	5	3	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	4	4	3	5	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	4	4	3	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	4	4	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	4	4	3	5	3	4	3	2	3	34
Passivo em 31 de dezembro de 2025	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7
										Total
										7

	Dezembro									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Judicial - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	—	1	—	1	1	—	1	1	—	—
Dois anos mais tarde	1	1	—	1	1	—	2	1	—	—
Três anos mais tarde	1	2	—	1	1	—	2	2	—	—
Quatro anos mais tarde	1	2	—	1	1	—	3	—	—	—
Cinco anos mais tarde	1	2	—	1	1	—	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	1	2	—	1	1	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	1	2	—	1	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Movimentações	1	3	—	1	1	—	3	2	—	—
										Total
										11

	Dezembro									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Judicial - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Dois anos mais tarde	1	2	—	1	—	—	1	2	—	—
Três anos mais tarde	1	2	—	1	—	—	2	2	—	—
Quatro anos mais tarde	1	2	—	1	—	—	2	—	—	—
Cinco anos mais tarde	1	2	—	1	—	—	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	1	2	—	1	—	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	1	2	—	1	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	1	3	—	1	—	—	2	2	—	9
Passivo em 31 de dezembro de 2025	—	—	—	—	1	—	1	—	—	2
										Total
										2

(I) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

14. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP	2.062.963	1.944.752
PMBC e PMBaC - previdência	982.975	1.025.091
Provisão complementar de cobertura	52.926	78.228
Sinistros e benefícios a liquidar	3.585	2.265
Provisão de despesas relacionadas	2.123	1.826
Provisão de excedente financeiro	1.512	845
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	661	781
Outras Provisões	20.426	22.070
	3.127.171	3.075.858
Circulante	556.115	629.638
Não circulante	2.571.056	2.446.220

14.1 PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	3.075.858	3.021.392
Atualização monetária e juros	323.308	213.791
Constituições	131.775	141.389
Constituição/reversão de provisão complementar	(25.302)	34.439
Aviso de sinistros/benefícios	12.335	5.469
Resgates	(204.133)	(176.883)
Portabilidades líquidas	(101.835)	(88.552)
Pagamento de benefícios	(53.814)	(42.397)
Diferimento pelo risco decorrido	(30.724)	(29.428)
Outras (constituição/reversão)	(297)	(3.362)
	3.127.171	3.075.858

14.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	1.800	2.413
Novas constituições no período	25	—
Baixas por pagamentos	—	(937)
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros	130	324
Saldo final	1.487	1.800
Quantidade de processos	5	6

14.3 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos (seguros e previdência):

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Total das provisões técnicas (A)	6.195.202	5.801.343
(-) Operações com resseguradoras	691	1.432
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	691	1.432
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	6.194.511	5.799.911
Cotas de fundos especialmente constituídos	5.071.423	4.628.370
Cotas de fundos de investimento	1.157.972	1.209.855
Títulos de renda fixa - públicos	178.254	165.331
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	6.407.649	6.003.556
Excedente (D - C)	213.138	203.645

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	Dezembro de 2025						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	2	2	3	3	7	6	23
Outros depósitos	3.578	421	191	10	287	—	4.487
Total	3.580	423	194	13	294	6	4.510
							Dezembro de 2024
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	—	—	—	—	1	—	1
Prêmios e emolumentos recebidos	2	1	2	1	—	—	6
Outros depósitos	858	9	65	131	121	—	1.184
Total	860	10	67	132	122	—	1.191

16. PROVISÕES JUDICIAIS

16.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	10.560	12.058
Cíveis	76	69
	10.636	12.127

(a) FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscalis (a)	9.653	9.148
Juros moratórios (ii)	—	2.048
Processos com adesão ao REFIS (iii)	907	862
	10.560	12.058

(I) PIS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação, foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda das parcelas dos depósitos referentes a prêmio, bem como o levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(ii) JUROS MORATÓRIOS

A Companhia questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à empresa.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

16.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.058	69	12.127
Constituições	89	81	170
Êxito/reversões	(2.279)	(64)	(365)
Atualização monetária	692	6	698
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.560	76	10.636
Quantidade de processos	14	2	16

16.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária e cível que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	52.440	67.080
Cíveis	1.652	1.358
	54.092	68.438

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil questionando a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 49.468 (R\$ 41.550 possível impacto no lucro líquido).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 493.808 divididos em 20.711.526 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 465.808 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 19.342.700 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e aguardando a aprovação da SUSEP, ocorridas no período foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
30 de janeiro de 2025	23.000	1.124.393
28 de fevereiro de 2025	5.000	244.433
	28.000	1.368.826

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto. Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, incluindo o Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos diretores não estatutários e empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do programa de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	364	299
Diferimento do exercício	276	342
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(338)	(277)
Saldo final	301	364
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	35,46	30,98
		Quantidade
Saldo inicial	5	12
Diferimento do exercício	6	9
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(8)	(16)
Saldo final	3	5

18. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
VGBL e VRGP	315.243	314.616
PGBL	105.174	112.366
Tradicional	13.486	14.772
	433.903	441.754

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – Lado A – 3º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir (não existiram transações para 2024):

Dezembro de 2025 (993) (993)

Participação nos lucros - administradores.25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia.....	31.511	(15.099)
Média ponderada do número de ações durante o exercício.....	20.577	19.343
Resultado por ação básico e diluído	1,5314	(0,7806)

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.

DIRETORIA

PATRICIA CHACON JIMENEZ Diretora Presidente	CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing	MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dados e Atendimento	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Executiva Jurídica	EMERSON PINHEIRO VALENTIM Diretor Executivo de Produção
EMILIO BENTANCOURT Diretor Executivo de Riscos e Governança	JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor Executivo - Produto Vida	CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM Diretor de Produto - Previdência	JAIME SOARES BATISTA Diretor Executivo	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.7.1, 13 e 14, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas bruto de resseguro decorrentes dos contratos de seguros bruto de resseguro e de previdência complementar no montante de R\$ 3.068.030 mil e R\$ 3.127.171 mil, respectivamente. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.7.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Nossa auditoria conduziu esse assunto

• Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como

um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP034519/O	Patrícia di Paula da Silva Paz Contadora - CRC-SP198827/O
--	---

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos

indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda. CIBA 57 CNPJ 03.801.998/0001-11	Anderson Gomes Ferreira da Silva Atuário - MIBA 2043
--	--



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>